

## **Revisão do plano diretor e inventário participativo de bens culturais: contribuições de um processo pedagógico em Rio das Ostras - RJ**

### **Review of the master plan and participatory inventory of cultural heritage: contributions from a pedagogical process in Rio das Ostras - RJ**

*Enviado em: 03-01-2023*

*Aceito em: 30-05-2023*

**Adriana Russi<sup>1</sup>**  
**Rita de Almeida<sup>2</sup>**  
**Verônica Alves<sup>3</sup>**  
**Monique Abrantes<sup>4</sup>**

#### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo relatar um processo pedagógico no campo da educação não formal, com partida na delimitação das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro. O tópico Contexto Territorial do município apresenta sua história e a evolução da implantação das suas políticas culturais. A seguir, o Desenvolvimento do projeto oportuniza a demanda da Secretaria Municipal de Obras à setorial de Memória e Patrimônio do Conselho de Cultura, que estabelece parceria com a Universidade Federal Fluminense. A metodologia resguarda no inventário participativo de bens culturais a ação geradora de cidadania, ao mobilizar pessoas para a revisão do Plano Diretor Municipal. Evoca o conceito de Denise Grinspun para Educação para o Patrimônio, sempre amparado nas metodologias de mediação cultural desenvolvidas pela então conselheira de cultura, em outros projetos. A experiência é toda descrita cronologicamente,

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Artes e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense, professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO E-mail: adri.russitm@gmail.com

<sup>2</sup> Jornalista, Doutoranda em Território, Risco e Política Pública na Universidade de Coimbra, Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, Especialista em Gestão e Restauro Arquitetônico. Atualmente, membro do Comitê internacional de Sítios e Patrimônio da Humanidade - ICOMOS BRASIL, integrante do Comitê Científico ICORP/BR. Ex- conselheira de Cultura de Rio das Ostras/RJ setorial Memória e Patrimônio, tendo atuado no Instituto Estadual de Patrimônio Cultural/RJ na área de estudos de tombamento e inventário de Arte Sacra Fluminense. Desenvolveu e coordenou o inventário dos bens culturais participativos para o Plano Diretor de Itaperuna/RJ, bem como no Monitoramento Participativo de Corpos hídricos em Trajano de Moraes/ RJ. E-mail: ritacalmeidacosta@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em História e Preservação do Patrimônio Cultural pelo PROARQ/FAU/UFRJ. E-mail: veronicaarquitectura@gmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Teoria e Projeto de Arquitetura pelo PROARQ/FAU/UFRJ. E-mail: moniquegabrtes@gmail.com

com explicitações das ancoragens conceituais. Os resultados são aqueles materializados pela entrega de documento à Comissão de Revisão do Plano Diretor, sem deixar de compartilhar análises produzidas pelos 22 alunos participantes - graduandos em Produção Cultural. Ao final, os resultados são considerados com a necessidade premente de se utilizar das mediações dos patrimônios simbólicos como meio efetivo de mitigação de riscos, a que a sociedade contemporânea está cada vez mais exposta.

**Palavras-chave:** Educação para o patrimônio; delimitação de APAC; mediação cultural

### Abstract

This paper aims to report a pedagogical process in the field of non-formal education, starting with the delimitation of the Cultural Environment Protection Areas of Rio das Ostras, State of Rio de Janeiro. The Territorial Context chapter of the municipality presents its history and the evolution of the implementation of its cultural policies. Next, the development of the project makes possible the request of the Municipal Secretariat of Works to the Memory and Heritage sector of the Cultural Council, which establishes a partnership with the Fluminense Federal University. The methodology protects the action that generates citizenship in the participatory inventory of cultural assets, by mobilizing people to review the Municipal Master Plan. It evokes the concept of Denise Grinspun for Education for Heritage, always supported by the cultural mediation methodologies developed by the then culture councilor, in other projects. The whole experience is described chronologically, with explanations of conceptual anchorages. The results are those materialized by the delivery of a document to the Master Plan Revision Commission, without forgetting to share analyzes produced by the 22 participating students - undergraduates in Cultural Production. In the end, the results are considered with the pressing need to use the mediations of symbolic heritage as an effective means of mitigating risks, to which contemporary society is increasingly exposed.

**Keywords:** Heritage education; APAC delimitation; cultural mediation

### Introdução

*Não importa quão limitado possa parecer o começo: aquilo que é feito  
uma vez está feito para sempre.  
Henry David Thoreau.*

Este artigo tem por objetivo relatar um processo pedagógico no campo da educação não formal, com partida na delimitação das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural – APACs, de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro.

Resguarda no inventário participativo de bens culturais inseridos nessas áreas, a ação geradora de cidadania, na medida em que a mobilização se dá para aprimorar a legitimidade da revisão do Plano Diretor do município fluminense.

O entendimento de Horta *et al* (1999) para educação patrimonial foi distanciado, por ser mais voltado para passos fixos na aplicação da sua metodologia, mas, ainda assim, concebe a educação patrimonial como um processo de “alfabetização cultural”, de acordo com Paulo Freire. Por outro lado, sabe-se que ação e prática nem sempre são coesas em métodos tão precisos quanto o proposto por ela.. Como verificou Oliveira (2019, p.33), na trajetória da educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN há “um descompasso entre a importância da educação patrimonial enunciada e as ações realizadas nesse sentido”.

Aqui, tem-se uma aproximação maior com o conceito de Denise Grinspun para Educação para o Patrimônio: “Constitui-se em formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar bens culturais, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando os moradores da cidade a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios, material e imaterial, com excelência e igualdade.” (GRINSPUM, 2000)<sup>5</sup>

Para a linha de pensamento aplicada nesta experiência, tem-se no “objeto gerador” um caminho para boas práticas de participação coletiva na valoração de bens culturais. Ele se faz aberto no contrafluxo de problemas e dos inúmeros desafios enfrentados pelo município. Nesse sentido, o projeto *Conheça Bem* pode ser considerado como uma resultante positiva de uma série de encontros de nivelamento do conceito das diversas categorias de patrimônios simbólicos, tendo por culminância o Seminário de Memória e Patrimônio Cultural - Raízes da Nossa Identidade, realizado na Câmara Municipal de Rio das Ostras, nos dias 24 e 25 de maio de 2019. A proposta até

---

<sup>5</sup> Denise Grinspum é doutora em Educação e tem uma trajetória profissional atuante no cenário da Arte-Educação no Brasil, foi diretora do Museu Lasar Segall, onde implantou a área de ação educativa. Compõe a diretoria do Comitê Brasileiro do International Council of Museums. Também atuou como curadora do projeto educativo da 27ª Bienal de São Paulo e atuou em outras organizações como o Centro Cultural de São Paulo e a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo.

ali seria a realização do marco legal de preservação dos patrimônios simbólicos de forma participativa, conforme causa pétrea da Constituição Federal Brasileira.

Diferentemente da realidade apresentada por Oliveira - citado acima, esta experiência nasce de um encontro de motivações. Cidadãos - em diversas searas da sociedade; representantes da sociedade civil - em arena de gestão compartilhada; funcionários da gestão pública municipal e professores universitários se unem pelo compromisso do fazer conjunto para muitos. Em 2019, lançou-se o desafio de construir de forma coletiva uma prática pedagógica não formal, que aciona memórias e encontra o patrimônio cultural disponível a ser patrimonializado. Como revelam Mello e Zarbato (2022, p. 212), “O pensar sobre o patrimônio, enquanto um agir com as comunidades que a ele reconhecem e produzem, enseja planejar os processos educativos que tratam das heranças materiais e imateriais com as quais convivemos.” Em seu caráter múltiplo e variado a educação patrimonial se configura como processo educativo, com ocorrência no âmbito da educação formal ou fora dela.

### **Contexto territorial - Município Fluminense de Rio Das Ostras**

O município de Rio das Ostras foi criado em 1992, a partir da emancipação do município de Casimiro de Abreu, com área de 229,044 km<sup>2</sup>. Está situado na região das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, distante aproximadamente 170km da capital. Entre os anos de 2000 e 2010, Rio das Ostras cresceu expressivamente, tanto economicamente quanto demograficamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ele se tornou um polo de atração para a mão-de-obra que busca trabalho na indústria *off-shore* ou nas atividades de serviço, por ser vizinho de Macaé, conhecido como a capital do petróleo no Brasil.

O município tem hoje uma população estimada em 159 529 habitantes sendo um dos que mais crescem no Brasil. Uma das estratégias utilizadas para suprir essas pendências, diante da especulação imobiliária, foi o

retalhamento de lotes para super otimizar o espaço urbano, com inserção máxima de unidades por metro quadrado, dividindo o ônus do valor da terra. O descompasso, entre necessidade de terra legalizada a baixo custo e uma política urbana - que pense na cidade para todos, produziu um território com forte estratificação urbana: parcelamentos destinados à classe média, sem grandes investimentos destinadas aos loteamentos populares.

Pelas leis em vigor, a gestão territorial deve considerar as influências do mercado financeiro e imobiliário, bem como prever princípios de igualdade, equidade e desenho universal no seu planejamento. O Estado é responsável por gerir o crescimento e regular as atividades econômicas do espaço urbano, exercendo a função de incentivar, fiscalizar e planejar de forma a promover a função social da propriedade e o bem-estar de seus habitantes, de acordo com a Constituição Federal, no seu cap. II, título VII. Aos municípios, cabe a execução da Política de Desenvolvimento Urbano regulamentada pelo Estatuto das Cidades, de acordo com a Lei Federal nº 10.257/2001, por intermédio do Plano Diretor para municípios de médio e grande portes.

A Lei Complementar nº 004/2006 dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Rio das Ostras e define suas diretrizes de implementação das políticas públicas de desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental no Município. Apesar de ela ter trazido novos instrumentos de gestão urbana, a política pública e sua execução não se consolidou na prática. A fragilidade da legislação de usos e ocupação do solo, associada ao desajuste do Código de Obras do município - datado de 1996, determinou um largo distanciamento na prática pelo adensamento populacional e dinâmica do lugar.

A corrida pelo acesso à moradia, advinda do forte crescimento econômico decorrente da indústria do petróleo trouxe um fluxo migratório de diversas regiões do país, mas, principalmente, da região metropolitana do Rio de Janeiro, que determinou 2/3 da população local residir no município sem nenhum vínculo afetivo com ele.

## **Políticas Culturais**

A Constituição Federal em seu artigo 215, preconiza o Plano Nacional de Cultura – PNC, que tomou forma a partir da Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Em vigor desde então, tinha sua revisão prevista para dezembro de 2020, o que na prática não se observou dado o contexto político adverso no campo da cultura, vivenciado por ocasião do último Governo da República Federativa do Brasil. Bem verdade, há dez anos, vislumbrava-se um cenário para a cultura do país bem diferente daquele que é percebido nos dias de hoje.

Imaginar o cenário da Cultura em 2020 é pensar que até lá o povo brasileiro terá maior acesso à cultura e que o país responderá criativamente aos desafios da cultura em nosso tempo. (MinC, 2013, p. 17)

Os avanços no que diz respeito à organização dos sistemas de cultura, atualmente enfrentam diversos desafios. O PNC não é diferente. O documento é orientador das políticas públicas do setor no país e a partir dele foram elaborados programas, projetos e ações culturais nas 3 esferas de poder. Entre seus principais objetivos destaca-se a valorização e a preservação da diversidade cultural. Neste sentido, a concepção ampliada de cultura foi concebida em três eixos, tomada em sentido antropológico. Eles são complementares entre si, para atender demandas da contemporaneidade, além de abrigar diversas dimensões da cultura, sendo: expressão simbólica, direito de cidadania e potencial para o desenvolvimento econômico.

Dos cinco capítulos do PNC destaca-se o quinto, que trata da participação social, onde é prevista e desejada em três formas: as decorrentes do estímulo à organização de instâncias consultivas, da construção de mecanismos de participação da sociedade civil e da ampliação do diálogo com os agentes culturais e criadores, em todos os entes federados. E, por conta de realidades culturais, sociais, ambientais e econômicas diversas na atualidade, muitos municípios ainda engatinham nesta proposta. Não é o caso de Rio das Ostras.

Em 1997, cinco anos após sua emancipação, o recém-criado município instituiu a Fundação Rio das Ostras de Cultura - FROC, com a competência de promover e gerenciar a política pública local. Ao decidir participar do Sistema

Nacional de Cultura, no ano de 2013, Rio das Ostras promoveu a 1ª Conferência Municipal de Cultura. Apenas três anos depois regulamentou a lei do Sistema Municipal de Cultura. Em 2017, na 2ª Conferência, constituiu o primeiro Conselho Municipal de Cultura, com nove setoriais, tendo por papel imprescindível a consolidação da elaboração e monitoramento do Sistema Municipal de Cultura. Naquele mesmo ano, o Conselho deu corpo ao Plano Municipal de Cultura - PMC/RO. No ano seguinte, o Fundo Municipal de Cultura foi estruturado em um esforço conjunto do Conselho e da Gestão Pública. Os acontecimentos se deram em contrafluxo das diferentes crises e adversidades vivenciadas tanto pelo país, quanto pelo mundo.

Na ocasião da constituição do primeiro Conselho Municipal de Cultura, não existia quantitativo de membros suficiente para fazer da área de patrimônio simbólico uma setorial. Por outro lado, alguns participantes da Conferência, compreendendo a importância da salvaguarda das memórias e suas materializações, viabilizaram uma cadeira de setorial com a participação da *Produção Cultural* em parceria com a *Memória e Patrimônio*. Estas duas áreas exigem conhecimento técnico suficiente para que o colegiado possa deliberar questões, assim como propor ações de maneira adequada à realidade local. Vale registrar a inexistência, até então, de atividades, ou de grupo organizado, para realizar propostas das setoriais do próprio Conselho, conforme a determinação legal.

Assim, para direcionar a gestão de dois anos de mandato desta setorial compartilhada, a pergunta que se colocava era: como começar a tratar de um assunto do qual as pessoas ouvem falar e percebem sua importância, mas não sabem como conceitualizá-lo. O imperativo de se criar um marco legal de preservação cultural gerou outra preocupação: ele seria mais uma diretriz de preservação dos patrimônios simbólicos valorados de cima para baixo, em que o poder público dita a patrimonialização dos bens culturais? No mínimo, caso fosse desta forma, estaria contra a proposta do próprio Sistema Nacional, da Carta Constitucional e da normativa nº 375 de 2018, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN.

Assim, em 2019, com o desejo e necessidade premente da elaboração do marco legal de preservação dos patrimônios simbólicos locais, encontram-se o Conselho Municipal de Cultura - por meio da Setorial Memória e Patrimônio, com a Comissão da Revisão do Plano Diretor do Município, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas - SMOP e a Universidade Federal Fluminense – UFF, representada pelo Curso de Produção Cultural, campus Rio das Ostras. Em diálogos entre os pares sobre conceitos, práxis e demandas do território, nasce, então, uma proposta de compartilhamento de responsabilidades em benefício do município: participar ativamente da revisão do Plano Diretor.

Como resultado, observou-se que este instrumento de Rio das Ostras para o ordenamento do território não dispõe de capítulo exclusivo para cultura, mas no Título I, Capítulo IV - Dos Objetivos e Diretrizes Gerais da Política Urbana, o documento trata da proteção do patrimônio e o fortalecimento da identidade, por meio da cultura:

Art. 10. São objetivos gerais da política urbana do Plano Diretor do Município de Rio das Ostras:

VII – a proteção ao patrimônio natural, histórico, artístico, cultural e paisagístico;

Art. 11. São adotadas as seguintes diretrizes gerais de política urbana para assegurar o cumprimento da função social da propriedade:

VI – promover a preservação do patrimônio natural, cultural, histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e arquitetônico do Município;

VIII – fortalecer a identidade do Município, sua cultura, história, paisagem, inclusive como meio de aumentar a atratividade turística.

No art. 13, no capítulo das Políticas Ambientais, dois incisos contemplam a política de promoção e proteção do patrimônio cultural, mas de qualquer modo, observa-se no documento a inserção difusa das questões relacionadas à preservação dos patrimônios culturais, dificultando os desdobramentos necessários para a efetiva aplicação das proposições ali apresentadas.

## **Desenvolvimento do projeto**

Ainda no campo do Conselho Municipal de Cultura, em diagnóstico rápido, a consideração foi realizar uma sucessão de encontros para nivelar

conceitos e tirar dúvidas sobre as várias categorias de patrimônios simbólicos, a fim de não afastar os que se julgavam sem conhecimento ou criar demandas com desajustes pelo desconhecimento sobre o assunto. Confrontar entendimentos cria condição mais equânime nos caminhos a percorrer. A Secretaria de Obras (Fig.1) foi o local de um dos primeiros encontros de *Nivelamento dos Conceitos de Patrimônios Simbólicos*, posteriormente outras secretarias receberam a iniciativa como a de Educação (Fig.2) - em dois grandes momentos e em parceria com o projeto de Educação Continuada. Também possibilitaram o Encontro de Nivelamento as Secretarias de Meio Ambiente, de Turismo, de Ação Social e o próprio Conselho Municipal de Cultura. Por fim, e não menos importante, a setorial marcou seu encontro com e na Universidade Federal Fluminense - UFF, Campus Rio das Ostras.



**Fig. 1** – Encontro de Nivelamento SMOP

**Fig. 2** - Encontro de Nivelamento Educação

**Fonte:** Conselho Municipal de Cultura

Todos prontos ou aptos para vivenciar novas competências, instituiu-se uma Comissão, dentro do Conselho, para a realização de Seminário intitulado *Raízes da nossa identidade*, como culminância dos encontros. A partir deste momento, ocorreram grandes avanços na setorial em favor de uma população com os problemas mencionados anteriormente. De forte impacto - perceptível pelo próprio público do evento realizado, foram formados grupos de trabalho para que se encontrasse desejos legítimos das memórias alojadas e identidades circulantes.

No período da estruturação dos grupos no pós-evento e nas primeiras reuniões realizadas, chegam à Fundação de Cultura as demandas do Plano Diretor, que, imediatamente, foram repassadas à setorial do Conselho

Municipal de Cultura responsável pelo assunto. Mais uma vez, a compreensão era cultivar cidadania, por meio de vivências e de processos pedagógicos, possibilitadores de trocas para conduzir escolhas mais profícuas, em favor de coletivos e desenvolvimentos capazes de fazer cidadãos enfrentarem prognósticos futuros de riscos sociais e ambientais iminentes, com mais destreza pela consciência estimulada.

## **Metodologia**

Vários projetos elaborados e desenvolvidos pela Conselheira de Cultura, Rita de Almeida, envolvem a participação social, o patrimônio simbólico e as demandas da gestão pública. Esta circunstância foi ponto de partida para a realização do projeto *Conheça Bem*, porque desde a realização do projeto Manuel Congo, em Vassouras, nos anos de 1995 e 1996; passando por Itaperuna, de 2007 a 2009 até chegar em Trajano de Moraes, nos anos de 2012 a 2015 - todos em municípios de estado do Rio de Janeiro, a tônica do seu trabalho é crer na cultura da cidadania como meio de preservação saudável do ser humano nos seus ambientes. O projeto Ajuda-me a Lembrar! que mobilizou toda a rede escolar do município de Itaperuna, no Noroeste Fluminense, aconteceu para que se cumprisse a exigência de inventariar bens culturais municipais para a elaboração do Plano Diretor. E, mais, a experiência do Projeto Experimental de Monitoramento Participativo Rio Macabu em Ação: História Conhecimento e Vida, reconhecido pelo Conselho Mundial da Água como tecnologia para enfrentamento da crise hídrica mundial, gerou a convicção desses modelos de mediação cultural como inspiração para Rio das Ostras.

A metodologia utilizada preconiza a participação coletiva nas questões da gestão pública como fundamental para trazer autenticidade e brilho às ações educativas, além de aproximar pessoas, possibilitando a interação efetiva entre pares sociais em favor do ambiente. O inventário participativo nessas empreitadas se mostra como ferramenta estimuladora de discussão para eclodir querências, pertencças, pontos nevrálgicos e positivos das comunidades. “As atividades não obedecem às fórmulas pré-estabelecidas de

ações educativas. A adequação às realidades ou às demandas existentes firma-se como basal na tentativa de ser eliminada a pregação no deserto ou de serem bancárias”, afirma Costa (2011, p. 6) sobre a positividade nos projetos executados. Então, a proposta do projeto em questão busca adequar as vivências anteriores às características de Rio das Ostras e, principalmente, à parceria formada entre Conselho/Sociedade Civil, Comissão de Revisão do Plano Diretor/Gestão Pública e a Universidade/Educação, em uma proposta admirável de sair dos seus muros e encontrar a sociedade para cumprir o seu papel

Por si só, a situação deste projeto é exitosa, pelo exercício de limites e de acordos a serem mediados, entretanto a finalidade primeira será alcançar o que se constitui como o mais indicado para o bem comum. Como em toda Política Nacional de Cultura, a participação social é essencial para a legitimidade da área do patrimônio cultural. Diante disso, em 2016, o IPHAN faz uma publicação que corrobora com a inspiração para realização da delimitação das APACs e inventários participativos, tendo o protagonismo da comunidade na descrição, classificação e definição do patrimônio, em processo que deve ocorrer “[...] numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (IPHAN 2016, p.5). Nesse sentido, o tema da preservação do patrimônio não segue isolado da vida social, o que significa que ele deve estar entrelaçado nas dinâmicas gerais do território e precisa, indubitavelmente, estar comprometido com a cidadania e com a participação social. Este entendimento é aquele preconizado pelo estudo de Denise Grinspun, em 2000.

## **Experiência**

Para a execução do projeto Conheça Bem, no segundo semestre letivo de 2019, foram mobilizados os graduandos de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense - UFF, *campus* Rio das Ostras. Os 22 cursistas da disciplina optativa *Tópicos Especiais em Patrimônio Cultural*, sob responsabilidade da Profa. Adriana Russi, aceitaram conhecer o lugar onde

viviam, por serem de várias localidades fluminenses e de outros estados do país. Jovens, em sua maioria, entre 19 e 30 anos estiveram disponíveis ao novo.

Antes disso, como mencionado, aconteceram os painéis de debates e de nivelamento acerca dos conceitos de patrimônio, pela conselheira da Setorial de Memória e Patrimônio, ocasião em que a universidade se aproximou do Conselho e propôs o desafio aos estudantes. Paralelamente, corria sob responsabilidade da Secretaria de Obras a revisão do Plano Diretor. A partir do nivelamento sobre conceitos de patrimônio, as arquitetas da equipe vislumbraram a possibilidade de fomentar valores identitários no município, para criar de garantias para assentamento das memórias locais, dentro de uma perspectiva urbana. A fim de preservar a paisagem cultural do lugar e identificar patrimônios do município de Rio das Ostras, foi sugerida a criação de APACs, na revisão do Plano Diretor. Seria uma possibilidade de garantir a preservação da ambiência de balneário e identidade de colônia de pescadores, de um município que se transformou totalmente em menos de uma década. Três áreas de interesse na região central possuíam uma série de elementos característicos, que os tornam únicos para moradores e frequentadores do período da ocupação. Independentemente da precificação de cada imóvel, importa o valor do conjunto, como expressão de um tempo manifesto com seus modos e costumes, sempre interligados aos suportes de natureza ambiental e material.

A APAC é um instrumento de proteção do ambiente que conjuga preservação dos patrimônios simbólicos e desenvolvimento urbano, objetivando harmonizar significados decorrentes da dinâmica urbana com a valoração das memórias. A ambiência é constituída por vários bens – edificações, arruamentos, praças, tipo de pavimentação, vegetação com os usos. O seu conjunto, homogêneo ou não, conta com sensações - aparência, cheiros, peculiaridades - associadas aos valores culturais e modos de vida, que conferem a ela uma identidade própria.

A preservação tem por objetivo a manutenção do espaço como meio de reflexão dos processos ocorridos nestas localidades, estabelecendo

parâmetros para ocupação e usos coerentes. Além disso, revela métodos construtivos, valores e hábitos de época, bem como aspectos ambientais, determinantes para a apropriação identitárias. Todos esses aspectos reportam ao estilo de vida e se ligam ao arranjo daquele espaço, num determinado momento. É a possibilidade de dividir a sensação que fez do lugar um lugar de muitos. As APACs sugeridas pela equipe da SEMOP e do Conselho de Cultura - setorial de Memória e Patrimônio (Fig.3) estão localizadas e divididas (Fig.4):

*1-Bosque da Praia:* lotes com testada para a área compreendida entre a Av. Pref. Cláudio Ribeiro, a Rua Jequitibá, em ambos os lados e Rua Ipê, no lado direito;

*2-Centro:* lotes com testada para a rua Jandira Moraes Pimentel em ambos os lados, desde o limite com o Rio das Ostras, pela rua Bento Costa Júnior, confrontando com a Praça São Pedro; Rua Izarina L. Cabral, e após a Av. Castelo Branco, incluindo a praia do Cemitério, confrontando com a APAC da Boca da Barra na Rua São José, esquina com a Rua Teresópolis, com um segmento de reta até o limite do manguezal;

*3-Boca da Barra:* lotes com testada para a área delimitada pelas confluências da Av. Castelo Branco com a rua Teresópolis - ambiência Largo dos Peixes. Rua Teresópolis - Praia da Boca da Barra, englobando as áreas lindeiras à Boca da Barra; ao norte pela rua Beira Rio, da margem até os limites definidos pelo manguezal e na direção da Rua Teresópolis, nos lotes lindeiros em ambos os lados, a partir do entroncamento com a Rua São José, até a confluência com a ambiência do Largo dos Peixes.



**Fig. 3** - Responsáveis pela delimitação

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras Públicas de Rio das Ostras



**Fig. 4** - Mapa de localização das APACs

A setorial de Memória e Patrimônio do Conselho Municipal de Cultura ciente dos avanços da revisão do Plano Diretor Municipal apresenta, inicialmente, à universidade - UFF o desafio de contribuir, com a delimitação efetiva das áreas de interesse. Tinham vários estudos propostos e, desta forma, as áreas foram identificadas por técnicos, mas em concordância com

memória e identidade encontradas; ambiente remanescente e desenvolvimento sustentável, interconectados com a noção de permanência saudável das atuais e futuras gerações.

Assim, o objetivo com os alunos migra para a realização dos inventários dos bens culturais. O primeiro encontro com a turma da UFF se deu com a apresentação das novas diretrizes da Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN com premissas, objetivos, marcos referenciais e diretrizes. Naquele momento, os princípios dos instrumentos legais de preservação dos patrimônios culturais – materiais e imateriais, naturais e arqueológicos foram claramente difundidos, sendo eles: humanização; indissociabilidade; ressignificação; responsabilidade compartilhada; colaboração; participação ativa; atuação em rede; desenvolvimento sustentável; integração; direito à cidade; precaução; prevenção; reparação; transversalidade; direito à informação e direito ao controle social. O cidadão passa a ser parte legítima para projetar, promover, fazer, monitorar ações vinculadas aos patrimônios de representação coletiva, em concordância com o Estado. Nesta portaria, o afeto é pontuado como elemento fundamental nos processos de patrimonialização de bens de diversas naturezas, contemplando as narrativas de todos os atores envolvidos e não apenas a dos vencedores.

Delimitadas as áreas, os alunos puderam ser despertados em suas habilidades e percepções para realização dos inventários participativos, por meio da oficina - Exercícios do Olhar (Fig.5), desenvolvida pela conselheira Rita de Almeida, tendo por *objeto gerador* diversos tipos de vassouras – meio de compreensão dos múltiplos saberes disponíveis nos territórios. Logo depois, experimentaram a vivência do lugar em uma das áreas a serem inventariadas (Fig.6) .



**Fig.5-** Oficina Exercício do Olhar



**Fig.6 –** Vivência em área delimitada

**Fonte:** Conselho Municipal de Cultura – Setorial Memória e Patrimônio.

A turma de universitários teve a possibilidade de sentir o “gosto” da área central de Rio das Ostras próxima à Casa de Cultura e experienciar alguns aspectos a serem identificados durante o trabalho de inventário. As arquitetas Monique Abrantes e Verônica Alves, integrantes da Comissão para a revisão do PD, estiveram na oficina. Também foram à universidade apresentar aos estudantes como foi feita a proposta de delimitação e caracterização das APACs. Na ocasião, elas apresentaram o resultado de quais imóveis foram indicados como elementos importantes e representativos para a composição do conjunto da ambiência.

Em prosseguimento, a turma foi dividida em cinco grupos, cada qual com uma área delimitada para realização de histórico, levantamento fotográfico e breve descrição arquitetônica dos bens culturais (Fig.8). O título idealizado pelos alunos para o projeto foi: *Bens Simbólicos RO - Eu quero conhecer!* Mas, a proposta amadureceu.



**Fig. 7-** Marca do projeto



**Fig.8 –** Atuação em campo dos alunos

**Fonte:** Conselho Municipal de Cultura

O termo “bem” remete simultaneamente ao bem cultural e a conhecê-lo melhor. A identidade visual para o trabalho, com crachá e outros produtos, teve uma função importante no campo, a considerar o receio da população em tempos de insegurança e vulnerabilidade. Por fim, o projeto ficou: Conheça Bem.

A ficha de inventário (Fig.9) foi desenvolvida pela conselheira da setorial Memória e Patrimônio para sistematizar os dados obtidos durante o trabalho de campo. Ela buscou seguir o padrão utilizado nas fichas de estudos de tombamento do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural - INEPAC, onde atuou no Departamento de Pesquisa e Documentação.

Prefeitura Municipal de Rio das Ostras / Equipe de Revisão do Plano Diretor  
Conselho Municipal de Cultural / Setorial Memória e Patrimônio  
Universidade Federal Fluminense/ CURO / TÓPICOS ESPECIAIS EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Bens Simbólicos RO  
eu quero conhecer!

Denominação: Casa 182		Código do bem:	
Localização: Rua dos Jequitibás, 182			
Bairro: Bosque da Praia		CEP: 28893-154	
Época da construção: Não Identificado		Localização:	
Uso original: Moradia			
Uso atual: Veraneio			
Proprietário: Particular			
Proteção existente/proposta: TU			
<p>Situação</p> 			
<p>Ambiência:</p> 			
Coordenador: Rita Almeida e Adriana Russi		Revisado por	
Equipe: Anna Beatriz Ferreira, Lisandra Costa de Almeida, Lorenzo Costabile, Marlon Pierre e Périclis de Mello			
Data: Novembro de 2019		Data:	

**Fig. 9** – Ficha individual de registro de bem cultural utilizada no inventário participativo.

**Fonte:** Conselho Municipal de Cultura, Inventário APAC Bosque da Praia.

A atividade de coleta de dados se deu ao longo de quase dois meses. Os estudantes alternavam a presença entre aulas na universidade e atividades em campo. Eles não a conheciam, embora a maioria já vivesse há algum tempo no município. Caminhando pelos bairros, eles foram conhecendo lugares e entrevistando pessoas. Isso permitiu a aproximação entre os diversos atores locais, seja pela perspectiva de antigos moradores ou de recém-chegados. Inicialmente, os alunos se mostraram inseguros com a empreitada. Surgiram dificuldades reveladoras da complexidade do lugar, no que tange aos aspectos identitários. Nesse sentido, casas de veraneio fechadas ou abandonadas se mostraram elementos de reflexão, inclusive para tomada de decisão junto ao Plano Diretor. De outro ponto de vista, tiveram medo de andar por algumas ruas pelo vazio humano se tornar favorável aos assaltos ou aos assédios.

O que fotografar? O que registrar? Perguntas frequentes repetidas no início do inventário, aos poucos foram sendo superadas, com a imersão no campo e a proximidade com o lugar. Os estudantes em muitos casos, conseguiram coletar histórias sobre a ocupação territorial, personalidades ilustres e tiveram acesso a fotos antigas, aplicando o princípio das vassouras das Oficinas de Percepção e Exercício do Olhar.

## **Resultados**

A fisionomia do ambiente, preservada com a presença dos seus exemplares de significação coletiva, traz à paisagem autenticidade na aproximação do cidadão aos seus patrimônios simbólicos, por estarem inseridos no cotidiano dos lugares e da vida de seus habitantes. Representa ainda o exercício para uma parceria legítima entre o poder público e a comunidade de forma a alcançar ganhos reais nas esferas executiva e legislativa municipal. Verificou-se consistência dos resultados obtidos, através de processos de discussão e reivindicação da valorização das memórias, assim como de qualidade no desenvolvimento do município. Isto indica subsistência dos resultados em razão do equilíbrio entre futuro versus passado.

Preservar, assim, significa um meio de garantir a paz e a manutenção da qualidade de vida.

Na delimitação das APACs foram definidos os imóveis a serem tombados, aqueles que não permitem alteração; preservados - em suas fachadas, coberturas com suas formas e materiais, volumetria, bem como outros elementos arquitetônicos relevantes; tutelados, os passíveis de renovação, dentro da mesma volumetria. Esta confluência permite a permanência do ambiente eleito como narrativa das vivências ocorridas nos espaços com seus respectivos usos, sendo referência das expressões e sensações humanas ocorridas no município em diferentes períodos.

Os alunos apontaram nas fichas problemas identificados pela população, como a falta de saneamento básico e o lançamento de esgoto *in natura* no Rio das Ostras. Outra questão apresentada, a ser solucionada, foi como ter critérios para lidar com edificações e lotes desocupados, para manutenção da atmosfera, a fim de que seja um percurso para turistas. E, por fim, chamam a atenção para a legislação que regulamentará novas construções nessas áreas. Ela deverá estabelecer parâmetros claros de uso como, por exemplo, gabaritos para a área, limitação de atividades, usos adequados, condicionantes ambientais e de parcelamento do solo, além da manutenção de elementos característicos na paisagem e nos imóveis inventariados.

O patrimônio natural que empresta nome ao município - Rio das Ostras - apareceu com consistência, notadamente valorizado por moradores e trabalhadores. Negligenciado como potencializador para o turismo local é elemento constitutivo da paisagem cultural, tanto pelas memórias de afeto, quanto pela relação econômica. Entretanto, a ausência do poder público em ações de infraestrutura de saneamento básico, guarda a problemática da degradação ambiental em que se encontra.

Os alunos entenderam os partidos arquitetônicos como elementos construtivos ainda muito presentes e preservados nas edificações inseridas nas APACs. Essas edificações demonstram importante contribuição para a formação de um patrimônio simbólico, predominantemente das décadas de 1970 e 1980, tempo de expansão econômica em direção aos balneários -

época áurea de economia pujante da região das Baixadas Litorâneas, que se sucedeu aos inúmeros loteamentos aprovados.

Na avaliação do trabalho, ficou explícita a necessidade de que sejam realizadas ações por equipe técnica multidisciplinar, para conclusão efetiva das atividades iniciadas neste projeto, a fim de que seja dado um cunho profissional para prosseguimento de ajuste do ordenamento territorial. Entendeu-se, também, que as considerações para preservação da identidade local foram relevantes e balizadoras, para que o produto abrigue as necessidades dos moradores, de turistas, bem como as especificidades dos usos, saberes e fazeres das áreas estudadas, sem mácula.

Ao final de todo este processo, 20 imóveis foram inventariados entre as APACs da Boca da Barra, Centro e Bosque da Praia, com mais de 235 páginas de fichas com dados destas regiões e centenas de fotografias das ruas, esquinas, casas etc. A descrição das ambiências, bem como os históricos são informações cruciais, mesmo que a materialidade dos bens inventariados também seja relevante. Os resultados foram entregues à Presidência da Comissão de Revisão do Plano Diretor Municipal, no Parque das Aves – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com a presença dos alunos; gestores do Turismo, Cultura, Educação, Ambiente; parceiros, munícipes e conselheiros em cerimônia formal.

Como resultado conceitual e teórico, tem-se que a participação efetiva da educação formal e não formal no planejamento urbano conduz às proposições orgânicas. Outrossim, contribuem na formação de pessoas mais críticas e conscientes dos seus papéis como “tomadores de conta” do meio em que estão inseridos. Desta forma, nota-se a cultura suscitando afetos.

No caso descrito, a delimitação de áreas de Proteção do Ambiente Cultural - com os inventários dos Bens Culturais de maior significado, mediada pelo Conselho de Cultura e a universidade, para a revisão do Plano Diretor mostrou ser um arranjo capaz de movimentar vinculações ou reconectar atores sociais; apresentou ser esta um vínculo favorável para construção de mecanismos robustos de estímulo à participação da sociedade civil nas ações de Estado, cujos desdobramentos ultrapassam os limites deste relato.

A partir da associação das referidas instituições – Conselho de Cultura, Comissão do Plano Diretor e UFF - um conjunto de ações se estabeleceram em diferentes redes, inclusive com a participação de outros segmentos da sociedade civil e órgãos municipais de áreas distintas. Esse processo participativo mobilizou a atenção de jovens para as coisas do Estado, aproximando-os das definições e rumos das políticas públicas para o território. Além disso, demonstra que a cultura é fundamental para garantir melhorias conjunturais a um maior número de pessoas, e que parcerias geram êxito nos *negócios* da sociedade. principalmente, por meio das relações entre memória e identidade.

### **Considerações finais**

Como mencionado, a Educação para o Patrimônio, via participação das demandas da gestão e das políticas públicas, possibilita amadurecimento pessoal e responsabilidade coletiva no fazer e, por isso, desperta a cultura cidadã no indivíduo. A estratégia foi fazer da necessidade de delimitação de APACs - com o inventário participativo dos bens nela inseridos - oportunidade de reflexão e de fomentar a apropriação do território em que se vive. Também é meio de promover cidadãos menos excludentes para com os diversos processos identitários do lugar.

Os relatos dos alunos, após a conclusão dos inventários, tornaram evidente as vivências de campo como meio de aproximar munícipes dos problemas e soluções do território. No início desta ação, estes estudantes se sentiam de fora da realidade local, porque se mudaram para Rio das Ostras para cursarem a graduação e não se viam nas dinâmicas da estrutura do município. A situação mudou e passaram a sentir o lugar como parte deles.

As descobertas, através do contato com a realidade de outros cidadãos, seja por relatos históricos ou documentos possibilitaram reflexões críticas e elucidativas. Elas aguçam a percepção acerca da leitura do ambiente. As andanças estabeleceram elos entre hábitos/costumes e as formas do espaço urbano, promovendo a compreensão de que são reflexos de diferentes modos

de vida no mesmo ambiente. A construção do que é patrimônio riostrense perpassa, então, pela valoração e reconhecimento das regiões como “espelhos” do que foram e o que deve ser faz parte de cada cidadão. Há que se considerar que os grandes eventos extremos batem à porta da sociedade contemporânea. E, por conclusão de todos os projetos já desenvolvidos pela Conselheira de Cultura do Município de Rio das Ostras, a mitigação exitosa das perdas e dos danos provenientes da degradação em que o planeta se encontra, se dá pelo acionamento das memórias disponíveis, na possibilidade de apropriação identitária do lugar, onde as pessoas se encontram, como também, ou principalmente, em parcerias profícuas, para atenuar os riscos pelo qual todos estão expostos.

Ainda existe muito espaço para amadurecimento. Com o advento da Covid-19, muitos desdobramentos desta ação foram paralisados e retomados de maneira descontinuada, a partir de meados de 2022. Isso faz com que se reafirme Thoreau: “Não importa quão limitado possa parecer o começo: aquilo que é feito uma vez está feito para sempre”. Em breve, os desdobramentos dinâmicos e orgânicos desta empreitada de responsabilidade social e coletiva serão novamente compartilhados.

## Referências

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamento os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências.

COSTA, Rita de Cassia Almeida da. A Funcionalidade dos processos de educação patrimonial como agente efetivo de transformação e inclusão social. **FÓRUM PATRIMÔNIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL**, UFMG, volume 9, p. 2, 2016.

COSTA, Rita de Cassia Almeida da. Por um lugar atento para o Patrimônio. In: **3º Fórum Mestres e Conselheiros**, 2011, Belo Horizonte. Municipalização do Patrimônio e Educação Patrimonial, 2011. v. 1.

GRINSPUM, Denise. in Educação para o Patrimônio: Museu de Arte e Escola - Responsabilidade Compartilhada na Formação de Públicos. Tese de doutorado, **Faculdade de Educação** / USP, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos**. Brasília: IPHAN, 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN.

MELLO, Janaina Cardoso; ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. Memória, patrimônio cultural e processos educativos: diálogos e reflexões históricas. **SAECULUM Revista de História**, v. 27, nº 46, 2022, p.212-221. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/63264/35717>

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). **As metas do Plano Nacional de Cultura**. MinC: Brasília, 2013.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em <http://www.aprendebrasil.com.br>

RIO DAS OSTRAS. Lei complementar nº 004, de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Rio das Ostras.